

A SOCIEDADE CIVIL NO TEMPO LÍQUIDO

Íris Viegas Francisco¹

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir sobre o termo sociedade civil, traçando assim um arcabouço histórico sobre o termo nas Ciências Políticas. E posteriormente evidenciando os tempos líquidos e como o medo pode ser usado para influenciar a sociedade civil.

Palavras-chave: Sociedade civil, tempo líquido e medo.

INTRODUÇÃO

O início da pós-modernidade para muitos pensadores, como por exemplo Frederic Jameson, foi a partir de 1960, mas apenas em 1970 o debate em torno do tema torna-se mais inflamado. As raízes da discussão encontram-se na crise cultural que se faz sentir, principalmente, a partir do pós-guerra. O desencanto que se instala na cultura é acompanhado da crise de conceitos fundamentais ao pensamento moderno, tais como “Verdade”, “Razão”, “Legitimidade”, “Universalidade”, “Sujeito”, “Progresso”, “Sociedade civil” etc.

O forte impulso de mundialização do capital a partir da década de 1980 acompanhou-se de propostas de redefinição para o conceito de sociedade civil que procuraram rejuvenescer sua matriz liberal. Partindo da divisão bipolar do liberalismo tradicional (Estado vs. sociedade civil), propunham uma divisão tripolar, com a coexistência de setores (mundos ou esferas) estanques na vida social: sociedade civil (voluntária e virtuosa), mercado (competitivo) e Estado (burocracia). Essa argumentação abandonava explicitamente a compreensão da totalidade da vida social e, portanto, a dinâmica das relações sociais sob o capitalismo, que crescentemente unificava sob seu comando o conjunto da existência.

O terrorismo, desemprego, solidão - fenômenos típicos de uma era na qual, para Zygmunt Bauman autor de tempos líquidos, descreve na sua obra a exclusão e a

¹ Discente da Pós-Graduação em Diplomacia e Negócios Internacionais da Faculdade Damas.

desintegração da solidariedade expõem o homem aos seus temores mais graves, e desta forma forçando a sociedade civil a viver com medo e pela busca desesperada de segurança. Mostra como as cidades, que originalmente foram construídas para fornecer proteção aos cidadãos, se tornaram um ambiente inseguro.

As inovações tecnológicas, principalmente nas telecomunicações e na informática, promoveram o processo de globalização e de integração mundial que é decorrente do processo de globalização que ocorreu por razão das inovações e o incremento no fluxo comercial mundial. A partir da rede de telecomunicação (telefonia fixa e móvel, internet, televisão, aparelho de fax, entre outros) foi possível a difusão de informações entre as empresas e instituições financeiras, ligando os mercados do mundo.

O processo de globalização estreitou as relações comerciais entre os países e as empresas. As multinacionais ou transnacionais contribuíram para a efetivação do processo de globalização, tendo em vista que essas empresas desenvolvem atividades em diferentes territórios. Outra faceta da globalização é a formação de blocos econômicos, que buscam se fortalecer no mercado que está cada vez mais competitivo. E evidencia como a pós-modernidade transformou se em uma era da instabilidade planetária, onde a globalização não se trata de uma opção, pois se transformou em necessidade comercial.

Observando todo este processo a política teve que se adaptar a nova era e buscar outros caminhos para se manter, pois novos paradigmas foram evidenciados com a vinda da globalização, e do mundo sem fronteiras. E surge uma pergunta como unir a sociedade civil de cada país a favor do poder estatal? A resposta se torna clara através do medo. E para chegar no ponto crucial da pergunta o presente trabalho visa descrever o que é sociedade civil e como foi entendida com o passar do tempo e posteriormente como foi usada para fins políticos.

Arcabouço Histórico

O termo sociedade civil é bastante utilizado na área das ciências políticas desde a antiguidade, baseada em pensamentos aristotélicos, e posteriormente na modernidade apoiou-se nas teorias jusnaturalistas e contratualistas. Thomas Hobbes (1588-1674) é um exemplo de desta linha de pensamento, pois analisou as instituições políticas como resultantes de acordo humano e definiu o Estado como um pacto.

Adaptava o conhecimento da sociedade a uma ciência natural empírica: partia de um pressuposto imediato que constituía o indivíduo e dele deduzia uma natureza humana permanente, fixa, natural, pois os indivíduos seriam naturalmente egoístas, defendendo seu próprio interesse e vivendo um estado que tenderia permanecer na violência, à luta de todos contra todos. Nas palavras de Hobbes:

Mas a razão mais frequente para que os homens desejem ferir uns aos outros, provém do fato de que muitos tenham um apetite pela mesma coisa ao mesmo tempo, e que frequentemente eles não podem desfrutar em comum nem dividir. Segue-se a isto, que o mais forte há de tê-la, e o mais forte necessariamente se decide pela espada. (2004, p.35).

O estado de natureza hobbesiano é, portanto, um estado de guerra permanente. Com a impossibilidade de paz na sociedade natural, indica como saída à criação de um único vínculo entre esses indivíduos a partir de sua submissão a um poder soberano que impunha ordem e paz social. Assim, surge o pacto ou também chamado contrato entre os indivíduos, que exigia a não utilização de sua violência natural, delegando desta maneira unicamente ao Estado o poder, ou o controle da violência, agora legitimada, garantindo assim o direito à vida, esse contrato assumido pelo o povo não poderia ser rompido, pois o soberano teria o direito de impô-lo contra qualquer ameaça.

O Estado surge como um sujeito, contendo uma lógica própria e uma razão própria dotado de autonomia soberana. Mas não existe qualquer alteração na natureza do homem que, mesmo após a criação do Estado, continua mal e egoísta levado pelos seus desejos e vontades. Por tal razão, ressalta que,

A única forma de constituir um poder comum, capaz de defender a comunidade das invasões dos estrangeiros e das injúrias dos próprios comuneiros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio trabalho e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens (...), de modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: “cedo e transfiro o meu direito de governar a mim mesmo a este homem, como condição que transfira a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações”. Feito isso, à multão dão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. (...) Esta é a geração daquele enorme Leviatã (...) (HOBBS, 2004, pp. 130-131).

Deste modo o contrato firmado entre estes implica o surgimento simultâneo de duas novas categorias: uma sociedade política e uma sociedade civil. A sociedade política seria constituída pelas instituições do poder soberano (os órgãos do Estado), enquanto a

sociedade civil seria a base da vida social, desta forma separando-as. Logo, a sociedade civil seria o local da vida privada, enquanto a sociedade política se regeria por imperativos distintos (vida, segurança, propriedade, ordem e defesa externa constituiriam a razão de Estado); finalmente, e sua derivação mais problemática, o contrato, embora resulte de uma ação humana, não poderia por ela ser rompido, sob o risco de imediato retorno ao estado de violência, assim, os civis se subordinariam ao Estado, o qual deteria todos os poderes.

A formulação do conceito de sociedade civil dada por Hobbes influenciou muito os teóricos seguintes, como Locke e Rousseau. Contudo chegando a conclusões distintas, todos os três mantêm o indivíduo abstrato e o estado de natureza imaginário como fundamentais da definição de sociedade civil. Desta forma, pode-se dizer que o trabalho de Locke e de Rousseau seria uma elaboração da versão hobbesiana de sociedade civil.

Locke é um dos principais representantes do *jusnaturalismo* ou teoria dos direitos naturais. O modelo jusnaturalista de Locke é, em suas linhas gerais, semelhante ao de Hobbes: ambos partem do *estado de natureza* que, pela mediação do *contrato social*, realiza a passagem para o estado civil. Mas, existe grande diferença na forma como Locke, concebe especificamente cada um dos termos do trinômio estado natural/contrato social/estado civil.

Diferente da doutrina aristotélica, a qual a sociedade precede ao indivíduo, Locke afirma ser a existência do indivíduo anterior ao surgimento da sociedade e do Estado. Na sua concepção individualista, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza que difere do estado de natureza hobbesiana.

Segundo Locke, uma situação real e historicamente determinada pela qual passara, ainda que em diferentes períodos, a maior parte da humanidade e na qual se encontravam ainda alguns povos. Esse estado de natureza não se caracteriza por um estado de guerra hobbesiano, baseado na insegurança e na violência, mas por ser um estado de relativa paz, concórdia e harmonia. Nesse momento de estabilidade os homens já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade que, numa primeira acepção utilizada por Locke, designava simultaneamente a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do ser humano.

O estado de natureza, relativamente pacífico, não está isento de inconvenientes, como a violação da propriedade (vida, liberdade e bens) que, na falta de lei estabelecida, de juiz

imparcial e de força coercitiva para impor a execução das sentenças. Existe a necessidade de superar esses inconvenientes que, segundo Locke, leva os homens a se unirem e estabelecerem livremente entre si o contrato social, que realiza a passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil. Esta é formada por um corpo político único, dotado de legislação, de judicatura e da força concentrada da comunidade. Seu objetivo é a preservação da propriedade e a proteção da comunidade tanto dos perigos internos quanto das invasões estrangeiras.

O contrato social de Locke em nada se assemelha ao contrato hobbesiano. Em Hobbes, os homens firmam entre si um pacto de submissão pelo qual, visando à preservação de suas vidas, transferem a um terceiro (homem ou assembleia) a força coercitiva da comunidade, trocando voluntariamente sua liberdade pela segurança do Estado-Leviatã.

Em Locke, o contrato social é um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza. No estado civil os direitos naturais inalienáveis do ser humano à vida à liberdade e aos bens estão melhor protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil (Locke não distingue entre ambas) se opera quando, através do contrato social, os indivíduos singulares dão seu consentimento unânime para a entrada no estado civil.

Desta forma surge o estado civil, e o passo seguinte é a escolha pela comunidade de uma determinada forma de Governo. Na escolha do Governo, a unanimidade do contrato originário cede lugar ao princípio da maioria.

Para Hobbes, a propriedade não existe no estado de natureza e foi instituída pelo Estado após a formação da sociedade civil. Assim como a criou, o Estado pode também suprimir a propriedade dos súditos. Para Locke, ao contrário, a propriedade já existe no estado de natureza e, sendo uma instituição anterior à sociedade, é um direito natural do indivíduo que não pode ser violado pelo Estado.

Seguia seguinte lógica: homem era naturalmente livre e proprietário de sua pessoa e de seu trabalho. Como a terra fora dada por Deus em comum a todos os homens, ao incorporar seu trabalho à matéria bruta que se encontrava em estado natural o homem tornava-a sua propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio do qual estavam excluídos

todos os outros homens. O trabalho era deste modo fundamento originário da propriedade.

Deste modo, se a propriedade era instituída pelo trabalho, este, por sua vez, impunha limitações à propriedade. O limite da propriedade era fixado pela capacidade de trabalho de cada ser humano. Todavia, o aparecimento do dinheiro alterou essa situação, possibilitando a troca de coisas úteis, mas perecíveis, por algo duradouro (ouro e prata), convencionalmente aceito pelos homens. Com o dinheiro surgiu o comércio e também uma nova forma de aquisição da propriedade, que, além do trabalho, poderia ser adquirida pela compra. Logo, o uso da moeda encaminhou, à concentração da riqueza e à distribuição desigual dos bens entre os homens. Esse foi, para Locke, o processo que determinou a passagem da propriedade limitada, baseada no trabalho, à propriedade ilimitada, fundada na acumulação possibilitada pelo advento do dinheiro.

Para Jean-Jacques Rousseau, o homem nasceria bom, mas a sociedade o corromperia. Da mesma forma, o homem nasceria livre, mas por toda parte se encontraria acorrentado por fatores como sua própria vaidade, fruto da corrupção. O indivíduo se tornaria escravo de suas necessidades e daqueles que o rodeiam, o que em certo sentido refere-se a uma preocupação constante com o mundo das aparências, do orgulho, da busca por reconhecimento e status. Mesmo assim, acreditava que seria possível se pensar numa sociedade ideal, tendo assim sua ideologia refletida na concepção da Revolução Francesa ao final do século XVIII.

Na busca de preservar a liberdade natural do homem e ao mesmo tempo garantir a segurança e o bem-estar da vida em sociedade, Rousseau, acredita ser possível através de um contrato social, por meio do qual prevaleceria a soberania da sociedade, a soberania política da vontade coletiva.

Sociedade civil, para Rousseau, tem um caráter contraditório, ao mesmo tempo em que assegura com mais eficiência a liberdade civil à natural pela proteção do Estado-juiz, também traz consigo a pecha de perverter o homem originário, atribuindo à propriedade os males sociais até hoje existentes, corrompendo os homens e os a rando ao atoleiro em que se encontra, muito embora também essa mesma sociedade deva ser capaz de encontrar as saídas necessárias ao bem-comum.

Diferente dos demais pensadores o contrato social não está ligado à proteção do homem, visa conservar a liberdade pelo espírito de igualdade em que a posse se transforme

em propriedade pelo trabalho, garantida pela vontade geral, coercivamente sob o primado da lei emanada do soberano. Destarte todos os cidadãos são forçosamente iguais para livremente deliberar leis necessárias à vida civil.

Para Karl Marx, o entendimento da ideia de sociedade civil nota-se que se trata por um lado de uma resposta a Hegel e por outro de uma interpretação deveras influenciada pelos teóricos políticos do iluminismo escocês Marx define a sociedade civil acima de tudo como a arena da luta de classes. Segundo a formulação hegeliana de sociedade civil como um “sistema de necessidades”, para Marx a sociedade civil consiste de massas separadas cuja formação é fortuita e não remonta a uma organização. Essas “massas separadas” são definidas em relação à esfera produtiva. De tal maneira busca destacar como as relações sociais de poder sob a sociedade civil são definidas pela emergência de duas classes antagônicas burguesia e proletariado cuja existência remonta a uma organização particular da produção.

A sociedade civil para Marx encontra-se ligada ao privado das relações entra os indivíduos pois o espaço social que foi vagarosamente desvinculado tanto do universo afetivo da família quanto do domínio formal do Estado isso não quer dizer que a sociedade civil teve seu fim. O autor busca mostrar que a sociedade civil sempre esteve ao fundo de todos os movimentos sociais, contudo não teve o reconhecimento histórico.

A forma de intercâmbio condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que por sua vez as condiciona é a sociedade civil. Vê-se já aqui, que esta sociedade civil é a verdadeira fonte e o cenário de toda a história e quão absurda é concepção histórica anterior que negligencia as relações reais limitando-se as relações dos Estados. (Marx,1993:53)

Antonio Gramsci, no século XX, critica e reformula o conceito. Na atualidade, tanto o conceito como as próprias entidades da sociedade civil são âmbito de intensas lutas sociais entre uma abordagem (e uma prática) de cunho liberal e uma abordagem (e uma prática) crítica. Em Gramsci, pois a sociedade civil é duplo espaço de luta de classes: expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam também as lutas entre as classes. Os aparelhos privados de hegemonia são organizações nas quais se elaboram e moldam vontades, e com base nas quais as formas de

dominação (ou de luta contra ela) se irradiam para dentro e para fora do Estado. Assim o convencimento não apenas de maneira estática, mas como processo.

Para Gramsci, Estado ampliado significa maior convencimento, mas não elimina a coerção. Seu momento predominantemente consensual ocorre por intermédio da sociedade civil aparelhos privados de hegemonia. Disseminam-se entidades associativas que formulam, educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais e para uma certa sociabilidade.

Sua estreita conexão com o Estado ocorre em duas direções – tais entidades associativas (ou grupos de entidades associativas) facilitam a ocupação (eleitos ou indicados) no Estado e, em sentido inverso, atuam do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação de suas próprias diretrizes. Vê-se, assim, que o Estado está presente dentro e fora do âmbito das instituições diretamente governamentais, ao mesmo tempo em que sua direção é assegurada pelos setores capazes de formular diretrizes, generalizar sua defesa em 'casamatas' na sociedade civil, difundir sua visão de mundo (Gramsci sublinhava o papel de 'partidos' políticos assumido pelos jornais, ao que poderíamos agregar o conjunto da mídia na atualidade).

A dominação de classes se fortalece, ao dirigir e organizar o consentimento, a começar por frações da classe dominante, e estendendo-se aos subalternos. Sistematiza-se a interiorização das relações sociais existentes como necessárias e legítimas, culturalmente sancionadas. O estreito vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação em que todos os espaços sociais, educando o consenso e ocultando o dissenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e aplicando a coerção aos renitentes.

Em resumo, é possível notar, que existe uma variação muito grande no significado do termo "sociedade civil". Na medida em que mudam os autores, mudam as épocas, mudam os contextos históricos e mudam as perspectivas políticas, o que influencia e enriquece deveras esse conceito tão relevante para a teoria política. Estes são apenas alguns dos autores clássicos que influenciaram e influenciam até os dias de hoje as discussões sobre o conceito de sociedade civil, conforme poderá ser notado a seguir.

A sociedade civil , o tempo líquido e o inimigo público:

O século XX foi marcado por um período de mudanças, como grandes invenções tecnológicas, contudo foi lembrado como a “era dos massacres” de fato guerras foram travadas, toda via este século deveria ser lembrado por suas revoluções já que foi tomado por estas, como por exemplo a luta das mulheres e de outras minorias pelos seus direitos, desta forma mudando muitos paradigmas, ditos modernos e entrando em outra época que se nomeia pós-moderna.

Com a pós-modernidade surgiram uma gama de teorias sobre a nova era, Zygmunt Bauman autor do livro tempos líquidos desenvolve uma teia de pensamentos a respeito de algo que foi desenvolvido e criado por ele chamado de modernidade-líquida, onde descreve a passagem da fase “sólida” da modernidade para “líquida” que seria a pós-modernidade.

Nessa condição as organizações sociais “não podem mais manter sua forma por muito tempo pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e uma vez reorganizadas para que se estabeleçam”. (BAUMAN,P.7)

As mudanças advindas segundo o autor deste momento de transição em que nos encontramos onde a civilização abandona sua fase “sólida”, dando lugar a uma nova fase que é definida por Bauman como “líquida”, cuja compreensão deve ser feita junto de uma análise crítica de seus respectivos impactos na maneira que os indivíduos tendem viver suas vidas com expectativas e resultados avaliados “em condição de incerteza endêmica”. Deste modo o autor descreve e destaca alguns pontos importantes do novo cenário em que os indivíduos estão imersos. Alguns deles são:

- Expectativa de vida curta para organizações sociais pois com as grandes mudanças é muito difícil estabelecer um órgão que mude com a mesma velocidade da sociedade e consiga se moldar as novas necessidades desta.

- Separação e o iminente divórcio entre o poder e a política toda via na modernidade o poder se concentrava no Estado e agora se encontra no espaço global que a política atual é incapaz de operar efetivamente na

dimensão planetária já que pertence ao local.

- A retratação ou redução gradual da segurança comunal. Os laços humanos que valiam o sacrifício e interesses individuais imediatos se tornam mais frágeis e temporários.

- Colapso do pensamento do planejamento e da ação a longo prazo. Em uma vida fragmentada estimula orientações rápidas e não profundas e indivíduos se horizontalizam ao em vez de se verticalizar, pois o importante é saber de tudo um pouco ao invés de se dedicar a saber muito sobre algo.

- Resolver dilemas gerados por circunstâncias voláteis e constantemente instáveis de modo individual. Os indivíduos colocados como “free-choosers” (livres-optantes) são responsáveis pelas consequências das suas escolhas mesmo não tendo a mínima noção destas.

Assim, o autor evidencia os novos paradigmas da sociedade mundial jamais imaginada e na qual todos os aspectos da vida humana passam a ser (diferentemente de outros tempos) uma questão global. No mundo atual não existe “terra nula”, no qual nada pode ser ou parecer por muito tempo indiferente a qualquer outra coisa, já que vivemos na era da globalização onde a tecnologia tingiu camadas sociais nunca antes imaginada. Logo, um genocídio, atentado terrorista ou um ato de pedofilia pode estar no outro dia na grande mídia mundial e movimentado a sociedade civil. Um momento em que o “bem-estar de um lugar, qualquer que seja nunca é inocente em relação à miséria do outro”. (BAUMAN, P.12)

Em um planeta em que se busca a livre circulação de capital e mercadorias, o que ocorre em um determinado Estado atinge de modo direto ou indireto a outro, já que uma seca em determinado país pode gerar falta de alimento em outro. “Todas as sociedades são agora total e verdadeiramente abertas, seja material ou intelectualmente”. (BAUMAN, P.12)

Se a ideia de “sociedade aberta” era originalmente compatível com a determinação de uma sociedade livre que cultivava essa abertura, temos agora uma experiência bem diferente e traumática pois agora nesta nova fase a população de todas as nações se encontra com um sentimento de vulnerabilidade diante dos fatos ocorridos no planeta. Em busca de dar solução ao problema do caráter seletivo desta “globalização negativa”, em que o conceito de sociedade “aberta” acaba por gerar o medo dentro das pessoas devido à situação de

constante vulnerabilidade aos “golpes do destino”.

O indivíduo imerso neste cenário de caos se sente acuado e com medo e neste momento “para serem mais seguras, elas acabam correr o risco de serem menos livres”. (BAUMAN, P.12) Assim, o medo adquire uma superforma e lógica de desenvolvimento próprio e não precisa de muito para crescer e se espalhar. A dinâmica social se altera quando um grupo de pessoas aumenta o muro, colocam cerca elétrica e contratam empresas de segurança, o medo não é o centro da problemática o centro é o que o medo pode causar na sociedade civil.

Com o passar do tempo, grandes empresas observaram a potencialidade lucrativa do medo na sociedade civil, pois este estimula toda a sociedade assumir uma ação defensiva e desta forma se estabelecendo um mercado de segurança. Que segundo Bauman:

Grande parte do capital comercial pode ser – e é acumulado a partir da insegurança e do medo. “Os publicitários, comenta Stephen Graham “tem explorando deliberadamente os medos generalizados de terrorismo catastrófico para aumentarem ainda mais as vendas dos utilitários esportivos, altamente lucrativos”. Os monstros militares bebedores de gasolina, equivocadamente chamados de “veículos militares esportivos”, que já alcançaram 45% de todas as vendas de automóveis dos Estados Unidos, estão sendo introduzidos no cotidiano urbano como “cápsulas defensivas”.

O medo desta forma conseguiu ser transformado em mercadoria, podendo ser usado para obter qualquer tipo de lucro, comercial ou político. O medo se estabeleceu na vida cotidiana e de alguma forma este se alimenta de nossos “temores existenciais”, e deste modo as pessoas passam a buscar, na tentativa de obter segurança pessoal, e o conforto (mesmo que temporário) para estes anseios. Assim, nos é posto de forma clara o como a ideia de “progresso”, “que antes entusiasmou sociedades, hoje causa horror desmedido, no qual ‘um momento de desatenção resulta na derrota irresistível e na exclusão irrevogável’”. (BAUMAN, P.17)

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que se caracterizou com o sequestro de quatro aviões onde dois bateram contra as Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, matando todos a bordo e muitos dos que trabalhavam nos edifícios, e o terceiro avião de passageiros caiu contra o Pentágono, em Arlington, Virgínia nos arredores de Washington. O quarto avião caiu em um campo próximo de Shanksville, na Pensilvânia.

Este fato tornou-se um espetáculo para o mundo, sendo o atentado terrorista mais comentado da história, não foi apenas um conjunto de imagens repercutidas mundialmente, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens. Onde a realidade surge no espetáculo, e este é real, o fim não é o mais importante, todavia o desenrolar é tudo que interessa. Segundo o escritor Guy Debord, autor do livro Sociedade do Espetáculo, no qual mostra uma sociedade alienada pela mídia e visa evidenciar a consequência do modo capitalista de organização social que assume novas formas sociais que não desejam chegar a nada que não seja o lucro.

A partir de então, o mundo passou a assistir a uma série de políticas norte-americanas que, a pretexto de combater o terrorismo, incidiam em arbitrariedades. As inspeções nos aeroportos se tornaram mais cuidadosas e menos preocupadas em não dispensar tratamentos discriminatórios, os consulados mais rigorosos na concessão de vistos, a administração mais agressiva no encafo dos imigrantes ilegais etc. Os norte-americanos bombardeados pelo medo, com exceção de alguns poucos democratas e militantes por direitos civis, aceitaram a restrição de liberdade, legitimando o exercício arbitrário da violência quase sem limites por parte do Estado através do controle penal.

Em nome da luta contra o terrorismo o Governo também prendeu cidadãos de várias partes do mundo por tempo indeterminado e sem qualquer acusação formal. A base militar de Guantánamo, por exemplo, funcionou como verdadeiro campo de concentração, acumulando encarcerados constantemente torturados, servindo como símbolo de intimidação para todo o mundo.

O medo contemporâneo associado ao terrorismo, extrai-se que atualmente a dominação política por vezes se efetiva diluindo a opressão em contextos instáveis. Inserido em ambiente propagado como hostil e temerário, o cidadão acaba por aceitar que preço de sua segurança é a arbitrariedade e o autoritarismo. De fato, uma das formas mais eficazes de dominação é a de criar uma ideologia justificadora, que faz com que todo ato autoritário seja visto como circunstancial e necessário. Embora sempre simbólica, essa dominação se efetiva de várias maneiras. A mais comum é certamente o uso político do medo.

Em grande parte do ocidente capitalista, a elite dirigente se utiliza do medo da violência para convencer o cidadão a aceitar um controle mais ostensivo. Essa violência estatal, encoberta por uma luta democrática contra o terror, consegue aglutinar realidades absolutamente diferentes e o discurso rigoroso acaba convencendo sociedades pouco

atingidas pelo terrorismo que elas também estão a correr perigo.

Deste modo transformando a sociedade civil em uma sociedade de massa, que pode ser definida como uma sociedade em que a grande maioria da população se acha envolvida, seguindo modelos de comportamento generalizados, na produção em larga escala, na distribuição e no consumo dos bens e serviços, tomando igualmente parte na vida política, mediante padrões generalizados de participação, e na vida cultural, através do uso dos meios de comunicação de massa.

Na complexidade da sua estrutura, a Sociedade de massa é um fenômeno recente, do nosso século; mas, ao mesmo tempo, ela é resultado de um longo processo de modernização, que pressupõe um progressivo envolvimento social, político e cultural das grandes massas da população. A sociedade de massa segundo o ponto de vista de Norberto Bobbio é o seguinte:

A sociedade de massa pode ser definida como uma sociedade em que a grande maioria da população se acha envolvida, segundo modelos de comportamento generalizados, na produção em larga escala, na distribuição e no consumo dos bens e serviços, tomando igualmente parte na vida política, mediante padrões generalizados de participação, e na vida cultural, através do uso dos meios de comunicação de massa. [...] A sociedade de massa é um fenômeno recente, do nosso século; mas, ao mesmo tempo ela é resultado de um longo processo de modernização, que pressupõe um progressivo envolvimento social, político e cultural das grandes massas da população. (BOBBIO, 2004, P. 1211)

Desta maneira, podem-se receber informações diariamente de tudo que se passa ao nosso redor e em todo o mundo. Assisimos nos meios de comunicação, anúncios, filmes, detalhes de atores e celebridades e assuntos gerais que ocupam o tempo e nos isolam da nossa própria realidade.

A luta contra o terrorismo praticado pelo Governo norte-americano e a análise das manifestações das personalidades políticas governamentais nas mídias, cuja relação encontra na repercussão destes discursos sobre a população nos Estados Unidos da América e no mundo.

CONCLUSÃO

Pela reflexão apresentada anteriormente, concluímos que o ciclo do medo e das ações por ele ditadas não desliga as expectativas e sonhos agradáveis, o "progresso" agora evoca insônia e tira a tranquilidade. Mas o tempo continuaria ganhando velocidade e trazendo novas mudanças que devem ser aprendidas pelos indivíduos, e assim, toda a sociedade se encontra cheia de pesadelos de "ser deixado para trás" - de perder o não continuasse a

extrair sua energia de tremores existenciais. Todos tem medo de cair da janela de um veículo em rápida aceleração.

A presença desses tremores não é exatamente novidade: os incapazes de reduzir o ritmo estonteante da mudança, muito sismos existenciais têm acompanhado os seres humanos ao longo dos tempos. A sociedade civil não se sente completamente protegida pelo Estado, ou pelo menos é pouco provável que confie na proteção oferecida por este. Ela agora está exposta à capacidade de forças que não controla e não espera, nem pretende, recapturar e dominar. "Aberto" e cada vez mais indefeso de ambos os lados, o Estado-nação perde sua força, que agora se evapora no espaço global, assim como a sagacidade e a destreza políticas, cada vez mais relegadas à esfera da "vida política" individual e "subsidiadas" a homens e mulheres.

O que resta de política a cargo do Estado e de seus órgãos se reduz gradualmente a um volume talvez suficiente para guarnecer pouco mais que uma grande delegacia de polícia. Segundo Bauman, o Estado reduzido dificilmente poderia conseguir ser mais que um Estado da proteção pessoal. Assim, o planeta negativamente globalizado, todos os principais problemas são globais e, sendo assim, não admitem soluções locais.

Um mundo saturado de injustiças e habitado por bilhões de pessoas a quem se negou a dignidade humana vai corromper inevitavelmente os próprios valores que os indivíduos deveriam defender. Desta forma, a sociedade civil ganha mais poder, pois não pode ser vista apenas em escala nacional, já que seu grau de influencia atinge todo o planeta. Assim esta, não pode mais estar plena e verdadeiramente segura em um único país, ou mesmo num grupo de países.

Sendo assim, o medo é reconhecidamente o mais eficaz modo de aplacar a sociedade civil e paralisar suas iniciativas. Transformando-se em uma das melhores armas políticas das sociedades abertas de nossa época. Contudo é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável. Essa insegurança e essa incerteza nasce e um sentimento de impotência individual que compromete todo o coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 2007.

BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política. Brasília.: Editora UNB, 2007.

CAMARGO, Julia. Mídia e Relações Internacionais, Curitiba: Juruá, 2009.

COUTINHO, C. N. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 83, 1999.

DERBORD, G. A Sociedade do espetáculo.: Contra Ponto Editora, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.